

O Desenvolvimento das Escolas Superiores de Administração: os saberes administrativos brasileiros no contexto de hegemonia estadunidense

Autoria: Amon Narciso de Barros

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir alguns elementos históricos que estiveram presentes durante a formação e consolidação da área de administração e que influenciaram sua configuração. Além disso, nos chamava a atenção o fato dos professores e pesquisadores que atuam na área de administração serem amplamente tachados de consumidores e reprodutores de conhecimentos produzidos alhures. A área é relativamente recente, haja visto que o primeiro curso superior em administração reconhecido pelo governo data apenas de 1952 e que os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* surgiram na década de 1970. Buscamos nos aproveitar desta característica para identificar especificidades que pudessem contribuir com a compreensão do momento atual da academia de administração brasileira. Visamos abordar o tema escolhido sob um ângulo específico, retomando elementos que possam ter influenciado o estado atual das coisas no campo de saber administrativo. Buscamos remontar ao passado visando elementos que permitissem a melhor compreensão do presente. Nesse sentido, este trabalho visou analisar o desenvolvimento da área sob uma perspectiva histórica (LAWRENCE, 1984), contribuindo de forma indireta para a aproximação entre os estudos organizacionais e a história (cf. CLARK; ROWLINSON, 2004; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010). Assim, para atender aos objetivos propostos descrevemos os primeiros desenvolvimentos relacionados aos saberes administrativos e apontamos algumas peculiaridades no estabelecimento das escolas brasileiras, bem como sua relação com as mudanças decorrentes da modernização do Estado especialmente após a instauração do Governo de Getúlio Vargas em 1930. Ressaltamos, assim, que as especificidades do contexto social, econômico e político influenciaram a consolidação do ensino superior em administração do Brasil. Tais cursos se desenvolveram, num contexto de crescente hegemonia estadunidense, que se exercia principalmente por meio de mecanismos de cooperação como aqueles relacionados a Aliança Para o Progresso e aos convênios com a *United States Agency for International Development* e outros institutos e fundações. Não podemos ignorar a importância dos diferentes programas de ajuda estadunidenses para o estabelecimento das primeiras escolas de administração e na legitimação de determinados discursos que defendiam o desenvolvimentismo baseado no modelo de administração advindo dos Estados Unidos. Claro que outros elementos também contribuem com a conformação do cenário no qual os saberes administrativos circulam, mas a hegemonia estadunidense é extremamente relevante, inclusive no campo dos ambientes nos quais os saberes administrativos circulam. Assim, o presente trabalho contribui com a academia brasileira, na medida em que tenta desvelar algumas peculiaridades de seu desenvolvimento, as quais causam impactos sobre suas configurações contemporâneas. Afirmamos que os pesquisadores que apontam a hegemonia estadunidense na área de administração devem, assim, tomar tal conclusão como ponto de partida para futuras indagações.

Considerações iniciais

A existência de cursos superiores em administração no Brasil é relativamente recente. A primeira graduação na área foi reconhecida apenas em 1952, ao passo que os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* datam da década de 1970. Conhecer o processo que ensejou a constituição dessa área pode contribuir para que possamos refletir sobre o presente da disciplina e dos cursos. Por isso, consideramos relevante estudar os processos de construção da academia nacional para melhor compreender suas configurações contemporâneas.

Ao mesmo tempo, o curso de administração vem se estabelecendo já há alguns anos dentre aqueles que apresentam um elevado número de matrículas. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2010), o curso conta com mais de um milhão de alunos matriculados, representando, em 2009, 18,5% dos estudantes do ensino superior. Estes dados acentuam a importância de se buscar por elementos que possam trazer algumas explicações sobre especificidades do estabelecimento desse curso superior. Acreditamos que as pessoas que se formam como administradores e tomam posse do título de bacharel, o fazem sob a égide de uma história que reverbera em seu presente e que não pode, por isso, ser ignorada.

Nesse sentido, ainda que seja infrutífera a busca pela real origem dos cursos de administração ou, pior, pelo momento em que se falou pela primeira vez da necessidade de se estabelecer uma educação formal na matéria, é interessante trazer à tona elementos que contribuíram para a ordem atual das coisas. Para entender como foi elaborada e como surgiram as faculdades de administração, tomamos como base inicial o primeiro curso reconhecido no campo, qual seja, o da Fundação Getúlio Vargas, ministrado pela atual Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE).

Entretanto, ao aprofundar no estudo desse primeiro marco, encontramos alguns elementos que pareceram ser importantes para a compreensão do presente da área e que influenciaram decisivamente no formato assumido pelo primeiro curso de administração reconhecido pelo Governo Federal. Tal descoberta nos fez retornar alguns anos atrás e retomar elementos que permitissem ampliar a compreensão do contexto da época. Desse modo, pretendemos trazer a tona alguns pontos que acreditamos ter recebido pouca atenção em outros estudos, especialmente a influência dos Estados Unidos no delineamento dos cursos.

Salientamos que o surgimento da EBAP, primeira escola superior de administração, foi certamente um evento mais complexo do que se poderia tentar descrever aqui, uma vez que vários detalhes nos escapam. Além disso, não nos deteremos apenas na história dessa escola, mas partiremos dela para traçar algumas características da área de administração. Também não pretendemos evidenciar todas as variáveis que contribuíram com o surgimento da área ou para que essa se conformasse à maneira como se encontra atualmente. Nem ao menos pressupomos a possibilidade de descrever toda a complexidade que permeia esse espaço específico de produção de saberes.

Argumentamos, buscamos remontar ao passado visando elementos que permitissem a melhor compreensão do presente, e das razões que levam os professores e pesquisadores que atuam na área de administração serem amplamente tachados de consumidores e reprodutores de conhecimentos produzidos alhures. Nesse sentido, este trabalho visou analisar o desenvolvimento da área sob uma perspectiva histórica (LAWRENCE, 1984), contribuindo de forma indireta para a aproximação entre os estudos organizacionais e a história (cf. CLARK; ROWLINSON, 2004; COSTA; BARROS; MARTINS, 2010).

Para atender aos objetivos propostos, o artigo foi dividido em outras quatro seções além desta introdução. Na primeira delas descrevemos os primeiros desenvolvimentos relacionados aos saberes administrativos e apontamos algumas peculiaridades no estabelecimento das escolas brasileiras, bem como sua relação com as mudanças decorrentes da modernização do Estado especialmente após 1930. Uma vez que parte dessas especificidades se deve às características do país e das disputas travadas localmente, ressaltamos na seção seguinte o contexto social, econômico e político que contribuiu com a consolidação dos cursos superiores nacionais e com a difusão de saberes administrativos, num contexto de crescente hegemonia estadunidense exercida principalmente por meio de mecanismos de cooperação. Na terceira seção, apresentamos alguns elementos que contribuem com a conformação do cenário no qual os saberes administrativos circulam, visando demonstrar alguns das características da área, tomando por base, principalmente, a direção tomada pela área de estudos organizacionais. Por fim, apresentamos as conclusões do trabalho realizado e apontamos possíveis rumos para novas pesquisas.

Os primeiros desenvolvimentos relacionados aos saberes administrativos

Apesar de Frederick Taylor ser reconhecido por alguns como o pai da “administração científica”, Benedicto Silva (1958) registrou o uso deste termo no Brasil ainda em 1879. Como aponta o autor, no que concerne ao País, as primeiras preocupações acerca do ensino de administração se concentravam na gestão da coisa pública. Tal preocupação se fez presente desde, pelo menos, o segundo império, quando se propôs na Reforma Leôncio de Carvalho de 1879 uma disciplina nomeada “Ciência da Administração e Higiene Pública” (SILVA, 1958).

Os primeiros cursos que tratavam de matérias hoje relacionadas a administração remontem as Aulas de Comércio instituídas com a chegada da família real no Brasil em 1808 (PELEIAS *et al.*, 2007). Contudo, Nicolini (2003) aponta que os cursos que objetivavam o ensino profissionalizante de administração no Brasil se estruturaram apenas em 1902, com a Escola Álvares Penteado no Rio de Janeiro e com a Academia do Comércio em São Paulo. Como fatores que contribuíram para que tais escolas se estabelecessem, Nicollini (2004, p. 7) ressalta as novas configurações sociais que eclodiram na Revolução de 1930, que “demandavam a preparação de recursos humanos, na forma de técnicos e tecnólogos de várias especializações, assim como métodos de trabalho mais sofisticados”. Assim, ainda que de forma indireta, o autor aponta para a necessidade de formação de quadros como um dos elementos a serem considerados ao se tratar do estabelecimento do ensino de administração no Brasil.

Spiandorello (2008) reitera que, nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por um turbulento ambiente social e econômico, que não pode ser ignorado ao se pensar na força que as ideias administrativas alcançaram. Para ela, os embates entre os capitalistas e os trabalhadores impulsionaram a busca por elementos que permitissem eliminar ou atenuar tais conflitos. Nesse contexto, a noção de organização racional da sociedade emergiu como um ponto importante para a “modernização” do país.

A racionalização da sociedade se propunha a extinguir os conflitos entre capital e trabalho, questão também discutida por Shenhav e Weitz (2000). Os autores apontam que a preocupação em resolver o *labor unrest* (termo que se refere, em especial, à organização sindical e à ocorrência de greves) foi um dos principais pontos sobre os quais se apoiou a defesa das teorias mecanicistas no princípio do século passado.

Ao colocar o problema das relações entre capital e trabalho como uma questão técnica, os engenheiros que defendiam a abordagem da organização como um sistema (mecânico) visavam demarcar claramente que era possível estabelecer parâmetros científicos e, portanto, “neutros”, que pudessem nortear a relação capital versus trabalho: “Os engenheiros mecânicos argumentavam que uma sociedade mecanicamente organizada e cientificamente estandardizada não precisaria recorrer à política conflituosa, e que nesse processo a relação empregador empregado se tornaria harmoniosa” (SHENHAV; WEITZ, 2000, p. 487, tradução livre). Defensor da supremacia da técnica e da ciência na organização do trabalho, Frederick Taylor defendia que as soluções científicas eram “incontroversas” (BARLEY; KUNDA, 1992).

O Governo Provisório de Getúlio Vargas foi instaurado em 1930, em um contexto com alguns elementos semelhantes àqueles presentes no ambiente analisado por Shenhav e Weitz (2000), ou seja, no qual havia intensa agitação. A partir daí foram percebidas maiores preocupações com o ensino de técnicas sofisticadas de administração. O governo de Getúlio Vargas deu início a um projeto de expansão do Estado, que colocava em evidência a necessidade de capacitação de pessoal para levar adiante os negócios públicos e, também, os privados.

Na ótica de Coelho (1999, p. 20), a Revolução de 1930 foi um momento importante na história do Brasil, pois “rompe[u] com a rigidez da República Velha, abrindo a brecha que haveria de permitir o exercício de engenharia social consubstanciado na regulação ocupacional e na política previdenciária que a ela se seguiria”. Assim, em 1931, o Ministério da Educação foi criado, ano que coincide com o da fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) (NICOLINI, 2003).

Benedito Silva (1958, p. 17), por sua vez, afirma que “[a] influência mais facilmente [sic] identificável, porém, das idéias de Taylor e Fayol na formulação dos problemas brasileiros relacionados com o aparecimento de novas categorias profissionais, ocorreu em 1931, com a reforma geral do ensino [...]”. Salientamos que para Fischer (2001) as ideias tayloristas não influenciaram apenas o campo da administração pública brasileira, mas toda a concepção dos currículos escolares no começo do século XX. Além disso, como notaram Ribeiro e Sacramento (2009), a percepção de Nicolini (2003) de que os cursos de administração funcionam como fábricas permanece atual, o que coaduna com uma visão curricular baseada nos princípios da administração científica defendida no início do século.

Como indicado, um dos efeitos da valorização das técnicas administrativas foi a criação do IDORT em 1931 e do Departamento de Administração do Setor Público (DASP) em 1938 (NICOLINI, 2003; 2004; MARANHÃO, 2010), sendo que, na visão de Spiandorelo (2008), um e outro dificilmente podem ser dissociados. Keinert (2000) aponta que no período entre as décadas de 1930 e 1950, havia um enfoque tecnicista e burocrático sobre a administração pública. A autora salienta que essas abordagens administrativas sobre o serviço público eram marcadamente influenciadas pelas concepções de Frederick Taylor e Henry Fayol. Tais concepções do serviço público se alinham às ideias propagadas pelo IDORT, o qual pretendia levar a racionalização a *todos* os âmbitos da vida social e individual (SPIANDORELO, 2008). Deste modo, observamos que nos seus primeiros períodos, o ambiente dos saberes administrativos era marcado pelos ideais tayloristas e fayolistas, que apontavam para a “racionalização” como uma espécie de solução para os males do serviço público. Esta assertiva se verifica, por exemplo, no livro de Trama (1943), publicado antes da consolidação dos cursos de administração.

Este período que vai de 1902 até 1959 é apontado por Nicolini (2004) como o primeiro momento da institucionalização do ensino de administração no Brasil. Dentro deste

marco, observamos, por exemplo, o término da República Velha, e o aumento da industrialização da economia nacional em detrimento da economia cafeeicultora que vigorava nos primeiros anos do século (FURTADO, 2000). Além disso, em relação ao cenário externo nos anos 1930, o Governo Getúlio Vargas aproximou-se dos Estados Unidos, país do qual o Brasil era dependente, principalmente em relação ao volume de investimentos estrangeiros.

Após a Segunda Guerra, a hegemonia estadunidense no mundo se consolidou. Fischer (2001, p. 124) destaca que:

Em 9 de março de 1959, foi assinado um convênio muito importante para a área de administração, de conformidade com o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, entre o Brasil e os Estados Unidos, firmado em 1953, designado por PBA-1. O projeto daí decorrente foi designado como Programa de Ensino de administração Pública e de Empresas, criando escolas de administração na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo, sendo reforçada a escola já existente no Rio de Janeiro), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Assim, Nicolini (2004) aponta que a primeira etapa do desenvolvimento do ensino em administração no país se encerra no momento em que o Brasil e os Estados Unidos institucionalizam um processo de cooperação. Note-se que segundo Castro (1981), após esse primeiro período, os cursos de graduação em administração experimentaram uma rápida expansão: de dois cursos superiores reconhecidos pelo governo em 1954, passou-se a 31 em 1967 e 244 em 1978.

Cabe salientar que, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, os primeiros cursos superiores em administração não eram acadêmicos, mas essencialmente voltado para praticantes, como são os casos das escolas de comércio brasileiras. Uma instituição que parece ter dado o primeiro passo na direção de instituir o ensino superior em administração é a Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN) da Fundação Educacional Inaciana (FEI), que se propunha ao ensino da administração *stricto sensu* em nível superior desde 1941, embora não conferisse títulos reconhecidos pelo governo (GALVÃO, 1991; SPIANDORELO, 2008). Ainda que a escola aceitasse alunos que tivessem ou não completado o segundo grau, intencionava mimetizar o modelo da *Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard. A ESAN teve seu curso superior reconhecido apenas em 1961 (SPIANDORELO, 2008; GALVÃO, 1991), sendo que todos aqueles que houvessem concluído o segundo grau e o curso ofertado pela instituição passaram a ser considerados bacharéis.

O pioneirismo da ESAN chama ainda mais atenção quando se observa que foi somente após o ano de 1945 que o ensino em administração passou a ser incorporado aos cursos superiores de forma mais sólida, inclusive no meio universitário dos Estados Unidos (NEWTON, 2010). Também na Europa, conforme Bertero (2009, p. 4), “a resistência a terem-se escolas de administração no interior da secular universidade só foi superada depois do final da segunda guerra mundial”. Foi também nesse momento que, segundo Augier, March e Sullivan (2005), as escolas de negócio norte-americanas começaram a se estabelecer enquanto centros produtores de saber científico. Os autores afirmam que calcado no dinheiro, no poder institucional e na necessidade de chancelar a área como produtora de um saber científico, houve uma intensa atuação das escolas de negócios para passarem a fazer parte da academia. Considera-se, também, que a cientificidade propiciava um argumento de poder para que o modelo estadunidense fosse adotado em detrimento daqueles existentes em outros lugares, notadamente nos países europeus.

Nessa época, pode-se ainda observar a ascensão do poderio militar e econômico dos Estados Unidos, que após a Segunda Guerra Mundial estenderam definitivamente sua influência por todo o globo, valendo-se de maneira especial de agências como a *United States Agency for International Development* (USAID), a *Ford Foundation*, o *Rockefeller Institute* e do Plano Marshall (ÜSDIKEM; WASTI, 2009; FRENKEL; SHENHAV, 2003). No que concerne à América Latina, a Aliança Para o Progresso teve intensa atuação, principalmente durante os anos de 1961 a 1963, no governo do Presidente John Kennedy, mas também durante quase toda a década de 1960 (RIBEIRO, 2006; SILVA, 2008). Contudo, isso não significa que a influência estadunidense já não se fizesse sentir, especialmente após 1940, com a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Além disso, os Estados Unidos passam a adotar a política de “boa vizinhança”, conjuntamente com uma espécie de pan-americanismo, visando substituir a política de intervenção direta conhecida como *Big Stick* (GALDIOLI, 2008).

Para Bertero (2009, p. 6) “[n]ão resta dúvida que a administração chega ao Brasil num momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja através da capacidade norte-americana de influenciar por vezes decisivamente organismos internacionais”. Maranhão (2010), no mesmo sentido, aponta a influência dos norte-americanos, como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento do ensino superior brasileiro. E, citando especificamente a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), Spink (2005) vincula o desenvolvimento de outras escolas de administração pública na América Latina aos estímulos oferecidos pelo Plano Marshall na década de 1950.

Desde os primeiros anos até a contemporaneidade, a trajetória do ensino superior em administração no País ficou marcada por saberes advindos dos Estados Unidos. Isso pode ser observado, por exemplo, nos modelos de escola que se queria replicar, no ambiente de formação dos professores e nos autores utilizados na elaboração de argumentos “científicos”. Reforçando a ideia de que algumas das primeiras escolas superiores são tributárias dos modelos estadunidenses, Maranhão (2010, p. 146) aponta que o primeiro curso superior de administração

foi aberto na década de 1950, mais precisamente com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1952, no Rio de Janeiro, sede do Governo Federal, a qual contou com o apoio da ONU e da UNESCO. Termos dos convênios previam a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento dos futuros docentes no exterior. Nesta linha, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) foi criada, em 1954.

Como mencionado, um aspecto que merece destaque é o fato dos primeiros cursos superiores em administração reconhecidos pelo governo brasileiro se concentrarem sobre a gestão da coisa pública. Isso pode ser observado já no curso da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), iniciado em 1952 e vinculado à Fundação Getúlio Vargas, que existia desde 1944, que tinha o intuito de avançar na educação de administradores públicos (BERTERO, 2009) e com a missão de dar prosseguimento aos préstimos do DASP (SPIANDORELO, 2008). Neste sentido, também o “Curso Extraordinário de Administração Pública” estabelecido na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) em 1952 precedeu o curso de “Administração de Empresas” criado em 1954 (PAULA, 1991). Neste mesmo ano, foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), que foi estabelecida por meio de um convênio entre FGV e o governo brasileiro de um lado e da *Michigan State University* e o governo estadunidense de outro.

A importância destes convênios pode ser vista, também, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia que surgiu em 1959 através de um programa de cooperação científica com os Estados Unidos (MACHADO, 1966). Nicolini (2003) aponta que a Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul também recebeu apoio do convênio para qualificação docente assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, o que está de acordo com o Sherwood (2002) e Machado (1966). Ao mesmo tempo, Bertero (2009) salienta que o curso de Administração da Universidade de São Paulo criado entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960 foi inspirado no curso da EAESP, profundamente americanizado.

Assim, Maranhão (2010, p. 144) afirma que “[e]ssa interferência política e econômica norte-americana no ensino brasileiro fez-se sentir por muitos anos”. Nicolini (2003, p. 53) discute, contudo, que a importação do conhecimento administrativo construído nos Estados Unidos, sob condições econômicas, sociais e culturais específicas, nunca levou o Brasil a um estágio similar de desenvolvimento capitalista. Isso porque, além das condições em que esses conhecimentos são ou devem ser aplicados serem radicalmente diferentes das norte-americanas, a conjuntura social, histórica e econômica dos países é extremamente distinta.

Diante deste contexto no qual se deu o desenvolvimento dos primeiros cursos superiores de administração no Brasil, Ribeiro e Sacramento (2006) afirmam que a contribuição norte-americana foi importante por apressar a implantação do ensino na área. Além disso, os recursos disponibilizados pelos Estados Unidos possibilitaram o desenvolvimento inicial da academia brasileira, especialmente no que concerne ao ensino de administração. Tais contribuições, entretanto, não se deram de forma despropositada. A transferência de conhecimentos se deu conjuntamente com ideais e concepções, sendo que uma das mais evidentes era a noção de que o progresso de um país ocorria em função da boa administração. Uma vez que o desenvolvimento dos cursos superiores em administração se deu em um contexto de disputas ideológicas muito intensas, torna-se relevante a discussão acerca do contexto macro-social no qual estes cursos se inseriam.

A consolidação da área de administração no contexto de hegemonia estadunidense

As ideias importadas dos Estados Unidos não foram transplantadas e impostas ao Brasil. Encontraram desde sempre um ambiente propício para serem replicadas, ainda que com modificações e enfrentando resistências. Desde a proclamação da República vê-se a influência dos ideais positivistas que coadunavam com a noção de que a ordem das coisas e pessoas era capaz, por si mesma, de fazer “chegar” o progresso. Nesse mesmo sentido, Vergara (2001, p. 73), ao analisar as nacionalidades dos autores referenciados na literatura nacional e identificar a predominância dos estadunidenses, afirma que os dados chamam a uma reflexão: “Se os EUA conseguiram com tanto sucesso seduzir ou ‘ideologizar’ o brasileiro, é porque tal sedução ou tal ideologia fazia algum sentido para o Brasil”.

Os cursos superiores de administração no Brasil foram erigidos sob a égide de saberes estrangeiros, em especial provenientes do mundo anglo-saxão com ênfase para o americanismo. É interessante notar que a profissão de administrador ficou estabelecida legalmente em 1965, ou seja, um ano após o golpe militar que derrubou o governo João Goulart. Desse modo, dado o autoritarismo característico do governo ditatorial, parece-nos válido inferir que o sentido de desenvolvimento sustentado pelos militares – positivista e centralizador – pode também ter exercido influências sobre a institucionalização da profissão.

Ao mesmo tempo, Coelho (1999) argumenta que o governo militar não alterou o modo regulatório que normatizava as profissões desde a década de 1930. Um curso que fosse regulamentado era reconhecido, passava a ser considerado como de interesse público e permitia privilégios àqueles que portavam os diplomas, além de atestar certo apoio oficial a sua regulamentação. Tem-se ainda, como aponta o autor, que para que uma profissão fosse regulamentada pelo Estado, era necessário que algum político apresentasse um projeto de lei nesse sentido. Observamos, assim, que a influência governamental na conformação das profissões se dava de forma ainda mais direta, na medida em que envolvia necessariamente a chancela governamental para sua aprovação.

No caso da profissão de técnico em administração, o deputado responsável pela lei que proporcionou reconhecimento ao exercício da profissão foi Alberto Guerreiro Ramos. Tal parlamentar é reconhecido como um pensador crítico, tendo, inclusive, seu mandato sido cassado, entre outros fatores, por ele ter defendido a legalização do Partido Comunista (SPIANDORELLO, 2008). Mas, para além disso, como aponta Spiandorello (2008), Guerreiro Ramos foi membro integrante do DASP durante grande parte de sua vida, representando, assim, mesmo que de forma parcial, alguns dos interesses estatais vigentes à época. Nesse sentido, identifica-se na aprovação do projeto apresentado por Guerreiro Ramos em 1965 a possibilidade de convergência de interesses de diversos atores. Isso porque o fortalecimento do Estado, para o que eram importantes quadros preparados, era algo almejado tanto pelo governo como por outros membros da sociedade. O fortalecimento do Estado, conforme já mencionado, passava também pelo fortalecimento da profissão do administrador, que forneceria quadros para as empresas e para o poder público.

Quase em concomitância, foi estabelecido em 1966 o currículo mínimo para o curso de administração, que Bertero (2009) aponta ter sido inspirado nos cursos da USP e da própria EAESP. Como afirmado, os dois cursos eram altamente influenciados pela academia norte-americana. Contudo, Maranhão (2010, p. 157) atesta que o administrador “não é bem formado porque o currículo é inadequado às demandas das empresas brasileiras, cujo perfil não era o das grandes corporações [norte-americanas] que inspiraram a criação do curso nos anos 1950”, já que as configurações das pequenas e médias empresas locais e das multinacionais diferiam bastante.

Motta (1983) também critica os cursos de administração brasileiros por se manterem aferrados ao modelo norte-americano nos quais se inspiraram. Nicolini (2003, p. 46) afirma que:

A intensificação do uso de modelos estrangeiros na estruturação das organizações brasileiras e do ensino de Administração tornou-se mais forte em 1948, quando representantes da FGV visitaram diversos cursos de Administração Pública sediados em universidades norte-americanas, como resultado da cooperação técnica Brasil-Estados Unidos estabelecida após o fim da Segunda Guerra [...]. A influência estrangeira no ensino de Administração torna a se manifestar, de forma mais vigorosa, em função do convênio firmado em 1959 entre os governos brasileiro e norte-americano, instituindo o Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas.

A partir de Keinert (2000), podemos afirmar que não apenas parte dos cursos superiores de administração brasileiros foi criada sob forte influência estadunidense. Também a editora da FGV recebeu recursos da *Ford Foundation* e da Aliança para o Progresso/USAID, um importante programa estadunidense instituído por John Kennedy para servir como instrumento de *soft power*. Programas como esse funcionavam como

instrumentos para fazer veicular discursos americanistas, que permitissem maior inserção das ideias e ideais estadunidenses no País.

No período da instituição da Aliança Para o Progresso, o cenário brasileiro apresentava algumas rupturas entre os extratos sociais anteriormente consolidados, principalmente após os sindicatos começarem a sair da órbita governamental:

Entre 1961 e o golpe militar, o país passou por uma grave crise financeira e cambial, bem como foi assolado por uma inflação a níveis até então desconhecidos e viu o crescimento do PIB desaparecer. Junte-se a estes ingredientes uma forte instabilidade política, um aumento da mobilização popular e uma perceptível aparição da luta de classes para se ter o ambiente nada encorajador no qual a Aliança desembarcou no Brasil (RIBEIRO, 2006, p. 159-160).

Após um período de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo de Juscelino Kubitschek (RIBEIRO, 2006) e um breve governo de Jânio Quadros, assumiu João Goulart, que não contava com a simpatia dos estadunidenses, como aponta Vicente Silva (2008). Além disso, havia países na América Latina que tinham passado por revoluções que colocaram o Estado sob novo controle, como Cuba em 1959, Bolívia em 1952 e Guatemala em 1944, ainda que nos dois últimos casos este controle tenha sido temporário (SILVA, 2008). Nesse contexto de turbulência política e de embates ideológicos, Silva (2008, p. 17) afirma que “a ‘Aliança para o Progresso’ desempenhou uma clara função ideológica, constituindo um importante instrumento de luta no combate ao comunismo e às esquerdas na América Latina”. É também em meio ao embate ideológico e durante a Guerra Fria que se dá a instauração dos cursos de administração brasileiros, que dificilmente poderiam não ser influenciados pelo ambiente no qual apareceram.

Nesse sentido, a Aliança para o Progresso é um dos programas que insere o Brasil em uma relação entre Estados, na qual o lado brasileiro é receptor de ajuda. Como Silva (2008) ressalta, o estágio de desenvolvimento econômico em que o Brasil se encontrava é descontextualizado face às suas causas e colocado como mero índice de subdesenvolvimento. Defendia-se, nesse contexto, que esta etapa seria suplantada se o país seguisse as orientações que o conduziriam no sentido de espelhar o desenvolvimento econômico norte-americano como sendo o modelo ideal. Assim, as particularidades sócio-históricas que contribuíram para o estabelecimento dos cenários observáveis em cada um dos países se tornam irrelevantes, uma vez que o subdesenvolvimento brasileiro e sua posição de subalternidade são considerados sanáveis e “a condição de subdesenvolvimento da maioria dos países do mundo pode ser apresentada como resultado de causas estritamente nacionais” (SILVA, 2008, p. 26). Tal estágio anterior de evolução poderia ser, dessa forma, superado exclusivamente por meio da implementação de, no que concerne às nossas análises, “boas” (e americanizadas) práticas administrativas. A disseminação dessas práticas recebia apoios diversos do governo dos Estados Unidos.

Interessante observar que, segundo Silva (2008), os funcionários norte-americanos responsáveis pela análise do contexto latino-americano exaltavam que o continente deveria passar por uma “revolução da classe média”, pois só assim se evitaria uma revolução operário-camponesa. Ou seja: os administradores, nesse sentido, poderiam ocupar um importante papel social ao disseminar certa ideologia administrativa. Cabe ainda salientar que os Estados Unidos colocavam como equivalentes as atividades, culturais, educacionais e de propaganda, já que todas elas visavam difundir o ideário americanista.

Impactos nos ambientes de circulação dos saberes

O ambiente no qual se estabeleceram os cursos superiores de administração influencia a formação dos pesquisadores e contribui na conformação da área, na medida em que é fator preponderante na formação de uma compreensão do que seja a administração e suas práticas. Assim, é pouco surpreendente o fato dos trabalhos acadêmicos produzidos no país, além do ensino em si, refletirem certo americanismo em suas bases.

Rodrigues e Carrieri (2001) afirmam que os estudos organizacionais tiveram início no Brasil na década de 1970, ou seja, 20 anos depois do estabelecimento da área nos Estados Unidos (SCOTT, 2004). Os autores reforçam que a influência estadunidense não se deu exclusivamente por meios econômicos, mas também pela atuação de acadêmicos formados nos Estados Unidos nos cursos de pós-graduação iniciados naquela década. Somados à já discutida influência dos estadunidenses na conformação da graduação no país, é bastante difícil advogar, nesse contexto, grande autonomia para o desenvolvimento da administração e do pensamento administrativo no Brasil.

Storck (1983, p. 58) já havia afirmado que “a administração apresenta-se, no Brasil, como a mais americana das disciplinas”. Nesse sentido, após analisar os artigos publicados pela Revista de Administração de Empresas entre 1961 e 1993, Bertero e Keinert (1994, p. 88-89) ratificam que a academia nacional assume a posição de “consumidores, repetidores e divulgadores de idéias [sic] produzidas alhures; no caso, com predominância da produção norte-americana”. Vergara (2001) também apontou para a elevada presença de autores norte-americanos nos artigos publicados nacionalmente, confirmando as pesquisas que vinha desenvolvendo (VERGARA; PINTO, 2001; VERGARA; CARVALHO Jr., 1995). Apesar de cerca de uma década nos separar dessas afirmações, ainda é difícil refutar que os Estados Unidos permanecem exercendo a hegemonia no campo dos estudos sobre a administração.

Por outro lado, num artigo que pretende analisar a influência de autores franceses na literatura brasileira, Fachin e Cavedon (2003) observam que parte dos teóricos brasileiros que escreveram nos Encontros da Anpad entre 1995 e 2001 é influenciada por autores franceses ou, mais especificamente, francófonos. Os autores afirmam:

Talvez, as raízes da influência francófônica devam ser buscadas, de preferência, em alguns traços característicos do pensamento crítico francês, que aparecem sobejamente em seus filósofos e em alguns críticos do pensamento dominante em administração, mas também no *acesso* mais fácil (via livros traduzidos) de alguns autores ao público brasileiro (FACHIN; CAVEDON, 2003, p. 10, grifos no original).

Já Paes de Paula *et al.* (2010), ao abordarem um universo de 6.450 artigos no período entre 1980 e 2008, observaram que apenas 515 textos poderiam ser considerados como críticos. Dentre os textos classificados, foi percebida a presença marcante de autores brasileiros ou oriundos da França e da Alemanha. Assim, tanto Fachin e Cavedon (2003) quanto Paes de Paula *et al.* (2008) parecem concordar que a referência a autores não americanos se faz mais presente na área considerada como crítica ao *mainstream*. Apesar de ser possível identificar problemas em levantamentos que tomam apenas a nacionalidade dos autores como base para comparação, uma vez que as bases teóricas utilizadas podem ter origem diversa daquela do autor do texto, não deixa de ser indicativa a hegemonia anglo-saxônica e, em especial, estadunidense nas áreas que não aquelas que ficam às margens.

De toda forma, não é de causar estranheza que os países com maior volume de recursos disponíveis exerçam maior influência sobre a pesquisa científica em ciências sociais. É no “centro” que o conhecimento e a forma como ele é produzido são legitimados. Se, como apontam Latour e Woolgar (1997), tal constatação já se mostra verídica para as ciências

“duras” ou “naturais”, que parecem ser menos permeáveis a ideologias, já que não teriam nenhuma influência do produtor de conhecimento, que dizer das ciências ditas sociais? Grey (2010) enfatiza que os problemas recorrentemente apontados pelos acadêmicos brasileiros estão presentes – em menor medida, presumimos – também para os acadêmicos europeus.

Convém, contudo, salientar que, como apontam Vergara e Pinto (2001), a influência de outros países na produção brasileira, em especial dos Estados Unidos, não se deve apenas a fatores ideológicos. Ela é tributária também de fatores mais concretos, como o volume de recursos disponibilizados para pesquisa em cada nação, uma vez que esse fator amplia a circulação de saberes daquela origem.

Ao mesmo tempo, como aponta Grey (2010), os critérios de avaliação das academias são crescentemente pautados por classificações que se mostram mais adequadas às academias estadunidenses. Isto que leva à crescente aproximação de escolas (e revistas) estabelecidas em outras regiões aos modelos daquele país. Tais movimentos se dão em busca de legitimação e, também, de recursos, sendo possível considerá-los como um exemplo do modo como uma “ideologia” se converte em prática material para se tornar em força objetiva.

Some-se que das vinte e seis revistas que obtiveram conceito A1 na avaliação da CAPES (2008), vinte e quatro são publicadas em inglês, apenas uma em português (Cadernos de Saúde Pública FIOCRUZ) e outra em espanhol. Das que obtiveram o conceito A2, trinta e duas são em inglês e quinze em português. Se admitirmos que a classificação feita pela CAPES orienta os acadêmicos, teremos que os melhores artigos terão grandes chances de serem avaliados a partir de critérios que são “estrangeiros”. Acrescentamos a isto o fato dos critérios de avaliação dos programas por parte da CAPES se aproximarem dos modelos internacionais, que são, em geral, tributários do sistema visto nos Estados Unidos.

A partir da discussão estabelecida até aqui, parece que os maiores problemas observáveis na academia de administração brasileira são, por um lado, a falta de originalidade e, por outro, a irrelevância do conhecimento produzido tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Apesar de parecerem similares, tais problemas são dissonantes. Explicamos: a academia brasileira insiste em reproduzir conhecimentos construídos no estrangeiro, o que faz com que eles não se adéquem à realidade nacional. Como já explicitado acima, desde o início os cursos estabelecidos tomaram como modelo as escolas de administração estadunidenses e tentaram transplantá-las para o País. Contudo, mesmo procurando se conformar aos cânones estrangeiros, especialmente estadunidenses, a produção não parece obter elevado impacto internacional.

Como aponta Ibarra-Colado (2006), os conhecimentos produzidos no centro são constantemente falseados na América Latina, justamente por não se adequarem aos contextos da região. O autor propõe que a universalidade dos conhecimentos produzidos na área de estudos organizacionais seja colocada em xeque e substituída pelo entendimento de que são saberes sempre vinculados a raízes locais. Contudo, se não se submeterem ao americanismo, dificilmente os acadêmicos conseguirão produzir conhecimentos que sejam aceitos nos periódicos de renome (que estão situados nos Estados Unidos, em sua maioria). Esta é a posição sustentada por Grey (2010), que reitera o estudo realizado por Kirman e Law (2005). Além disso, os conhecimentos administrativos produzidos no Brasil e que refletem discussões e saberes localizados regionalmente, só se mostrariam atrativos para os periódicos situados fora do país sob o rótulo de “conhecimento exótico” ou se conseguissem se inserir em discussões fora do *mainstream*, como as que vêm sendo estabelecidas pelo *Critical Management Studies*.

Diante deste quadro, parece correta a afirmação de Carvalho, Goulart e Amantino-de-Andrade (2005, p. 7) quando atestam que: “o campo científico da Administração brasileira,

fortemente identificado com o campo acadêmico, não dispõe de autonomia suficiente e tende a uma homologia estrutural do ‘estrangeiro’”. É também possível afirmar que a academia nacional segue os mesmos rumos vistos em outras partes do mundo (eg. ÜSDIKEM; WASTI, 2009; IBARRA-COLADO, 2006).

Bertero, Caldas e Wood (1999, p.152), tratando do conhecimento veiculado nos periódicos e congressos brasileiros, salientaram: “a falta de originalidade, a relevância questionável, seja do ponto de vista prático ou acadêmico, e a qualidade falha, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do ponto de vista metodológico”. O investimento estadunidense via programas de auxílio externo e o desenvolvimento subalterno visto posteriormente mostram que não se pode considerar a hegemonia conquistada pelos Estados Unidos como fruto de acasos ou idiossincrasias especificamente nacionais. É fruto de estratégias específicas de disseminação do ideário produzido naquele país (CALDAS; ALCADIPANI, 2005; FRENKEL; SHENHAV, 2003; ÜSDIKEM; WASTI, 2009), além de estar sustentada na sua posição de país capitalista hegemônico.

Destacamos também que, ainda que Carvalho, Goulart e Amantino-de-Andrade (2005) apontem para uma possibilidade de subversão das regras do “jogo acadêmico”, elas mesmas atentam para um impasse entre a internacionalização e a relevância cultural. Segundo as autoras, as principais revistas, que poderiam selar um dado conhecimento como “relevante” só aceitam determinados tipos de pesquisa, especialmente advindas de partes específicas do globo. Entretanto, clama-se pela produção de conhecimentos com relevância cultural, os quais, justamente por guardarem relações locais ou regionais, ou seja, por serem nacionais, enfrentam dificuldades de atender ao padrão de estudos aceitos pelas revistas. Nesse contexto, o Brasil e outros países tendem a ter grande dificuldade para sair da posição de subalternidade. A produção de conhecimento científico aceito pelo mainstream parece partir da seguinte suposição: o que é científico é universal e os critérios de cientificidade são aqueles observáveis na produção oriunda dos Estados Unidos ou lá chancelada.

Contudo, é importante fazer uma reflexão que vai timidamente em outra direção. O auxílio dado pelos Estados Unidos, embora não seja desinteressado, possibilitou a existência das escolas de administração tal qual nós as conhecemos. Assim, é um exercício que soa infrutífero tentar pensar como seria a área de administração brasileira se não houvesse existido o apoio estadunidense. Além disso, a maneira como se desenvolveu a área no Brasil se assemelha a trajetórias observadas em outros países, coincidindo com o recrudescimento da batalha ideológica deflagrada entre o capitalismo dos Estados Unidos e o Socialismo da União Soviética, no contexto da Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial (e.g ÜSDIKEM; WASTI, 2009, FRENKEL; SHENHAV, 2003).

Neste sentido, para conquistar essa sua posição hegemônica, os Estados Unidos precisam abrir espaço para fazer concessões a alguns interesses mais plurais, o que permite que alguma multiplicidade persista no campo, e até mesmo a incentive de modo a aprofundar o consenso em torno das noções de centro e periferia. Entretanto, na medida em que são observados alguns chamamentos à maior abertura da academia para perspectivas alternativas, essa pecha já estabelece o lugar que tais saberes poderão ocupar. Assim, a luta pelo reconhecimento a partir dos parâmetros estabelecidos no “centro” pode reforçar a legitimidade deste centro e a noção de periferia (GREY, 2010).

Considerações finais

No presente trabalho buscamos retomar as origens das escolas de administração brasileiras. Discutimos o surgimento das primeiras escolas de administração no Brasil e o contexto no

qual se inseriam. Elencamos quais foram as primeiras instituições brasileiras a oferecer o ensino superior em administração, salientando ainda, que a ESAN e a EBAP disputam a láurea de ser a “primeira escola de administração” do País. Ao mesmo tempo, mostramos que outras escolas surgem a partir de bases similares, com a interessante exceção do curso de administração situado na Universidade Federal de Minas Gerais.

Também apontamos que a preocupação com a matéria se evidencia já no Segundo Reinado, devido à importância de uma boa administração do Estado. Tais preocupações se fortalecem após a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo. Tanto o IDORT quanto o Ministério da Educação foram fundados ainda em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o que demonstra a importância que assumia na época tanto a “boa gestão”, que o IDORT identifica com a racionalização, quanto a educação da população.

Posteriormente, discutimos a importância dos diferentes programas de ajuda estadunidenses para o estabelecimento das primeiras escolas e para a legitimação de determinados discursos que defendiam o desenvolvimentismo baseado no modelo de administração advindo dos Estados Unidos. Evidenciamos, ainda, a importância especial que assumiu a “Aliança Para o Progresso”, que aparece grande parte das vezes como uma pequena nota nos textos que tratam sobre a origem da academia brasileira.

Apresentamos ainda uma discussão sobre a produção de conhecimentos sobre a administração no Brasil, chegando à conclusão de que, se é fato que o País ocupa uma posição subordinada na produção de conhecimento, isso parece não se apresentar de forma diferente em outros países. Ao mesmo tempo, há indícios de que a área de “crítica” é aquela em que se pode observar um maior número de citações de autores provenientes de outros países que não os Estados Unidos, com especial menção para o próprio Brasil, nas obras de Fernando Prestes Motta, Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg, dos francófonos franceses e canadenses, além dos teóricos alemães.

Num outro trabalho, talvez fosse interessante observar especificamente a influência dos diversos programas de ajuda no desenvolvimento das escolas de administração, como o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA, iniciado em 1941), o Ponto Quatro (*Point Four*, lançado em 1949), a Aliança para o Progresso (*Aliance for Progress/Alianza para el Progreso*, trazida a baila em 1961) e os acordos entre o Ministério da Educação e a USAID. Pode, também, ser interessante analisar comparativamente o desenvolvimento da administração com outras áreas de conhecimento e com outras escolas, tenham elas surgido ou não no mesmo momento. Além disso, se observado o contexto de desenvolvimento do ensino superior brasileiro seria possível estabelecer paralelos com as escolas de administração.

O presente trabalho contribui com a academia brasileira, na medida em que tenta desvelar algumas peculiaridades de seu desenvolvimento, as quais causam impactos sobre suas configurações contemporâneas. Destacamos que para a compreensão do presente não se pode fazer análises que deixem de lado fatores históricos, os quais restringiram (e continuam a restringir) os rumos tomados. Salientamos ainda que novos formatos para academia e para a área, só podem ser estabelecidos se forem compreendidas as forças que contribuem para a conformação do campo, forças em parte evidenciadas neste trabalho.

Acrescentamos também, como possível contribuição, o entendimento do processo de constituição da área em meio aos embates político-ideológicos discutidos. Conforme apontado no texto, as análises até então realizadas sobre a conformação do campo de saber administrativo pouco enfatizaram os fatores conjunturais relacionados à Guerra Fria e à polarização política entre capitalismo e comunismo prementes após a Segunda Guerra, os quais tiveram importante influência na implantação e desenvolvimento das escolas de

Administração. Não se pode ignorar a importância dos diferentes programas de ajuda estadunidenses para o estabelecimento das primeiras escolas superiores de administração e na legitimação de determinados discursos baseados em modelos estadunidenses. Acreditamos que a “Aliança Para o Progresso” teve importância especial neste processo, ainda que geralmente ela seja pouco discutida. Entretanto, tais programas também contribuíram para a consolidação da área, além de terem alguns efeitos ambivalentes, como foi o patrocínio oferecido pela *Ford Foundation* para que Alberto Guerreiro Ramos tivesse parte de seus estudos na década de 1960 custeados pela fundação (SCHERWOOD, 2002).

A necessidade de compreender melhor o desenvolvimento da área reforça a relevância das análises historicamente orientadas para que se possa compreender o presente. Neste sentido, evidenciamos que os pesquisadores que concluem que o saber administrativo produzido no Brasil reproduz modelos provenientes do exterior, em especial dos Estados Unidos, deve tomar essa assertiva não como ponto final, mas como seu ponto de partida e perguntar: por quê?

Referências

AUGIER, Mie; MARCH, James G; SULLIVAN, Bilian Ni. Notes on the evolution of a research community: organization studies in Anglophone North America, 1945-2000. In: *Organization Science*, vol. 16, n.1, pp. 85-95, 2005.

BERTERO, Carlos O. *Pesquisa e ensino em administração*. São Paulo: EAESP/FGV, 2009. 115p. (Relatório de pesquisa 11/2009).

BERTERO, Carlos O.; KEINERT, Tania M. M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-1993). In *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, vol.34, n.3, pp. 81-90, mai./jun., 1994.

BERTERO, Carlos. O., CALDAS, Miguel. P., WOOD JR., Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. In *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n.1, pp. 147-178, jan./abr. 1999.

CALDAS, Miguel; ALCADIPANI, Rafael. (North)Americanizing Latin America: A Post-colonialist account of the Americanization of Brazilian Management. In: 2005 Iberoamerican Academy of Management Conference, 2005, Lisboa. *Proceedings of the 2005 Iberoamerican Academy of Management Conference*, 2005.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2008). Web Qualis. Consultar por classificação/área de avaliação. Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces>>. Acesso em: 02/12/2010.

CARVALHO, Cristina Amélia; GOULART, Sueli; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Internacionalização subordinada. É possível subverter as regras do jogo!. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. *Anais....* Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

- CASTRO, Cláudio M. O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. In RAE – *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 3, pp. 58-61, jul./set. 1981.
- CLARK, Peter. ROWLISON, Michael. The Treatment of History in Organization Studies: towards an ‘historic turn’? *Business History*, vol. 46, n. 3, July, 2004, pp. 331-352.
- COELHO, Edmundo C. Prólogo (à guisa de teoria). In *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. P. 19-70.
- COSTA, Alessandra Sá Mello da; BARROS, Denise Franca; MARTINS, Paulo Emílio. Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 50, n. 3, jul./set., 2010, pp. 288-299.
- FACHIN, Roberto C.; CAVEDON, Neusa R.; Em Busca da Especificidade da Influência Francesa na Análise Organizacional no Brasil. In *Cadernos EBAPE.BR* (FGV), Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p. 1-13, 2003.
- FISCHER, Tânia M. D. A Difusão do conhecimento Sobre Organizações e Gestão no Brasil: seis propostas para o decênio 2000/2010. In *Revista de Administração Contemporânea*, Edição Especial, 2001, pp. 123-139.
- FRENKEL, Micha; SHENHAV, Yehouda. From Americanization to Colonization: the diffusion of productivity models revisited. In: *Organization Studies*, vol. 24, n. 9, pp. 1537-1561, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- GALDIOLI, Andreza da S. *A Cultura Norte-Americana como um Instrumento do Soft Power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhança*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UNESP/UNICAMP/PUC-São Paulo: São Paulo, 2008.
- GALVÃO, Rubens de A. ESAN: Primeira Escola Brasileira de Administração. In *Aconteceu*. 1991, pp. 4-8.
- GREY, Christopher. Organization studies: publications, politics and economics. In *Organization Studies*, vol.31, n.6, pp. 677-694. London, 2010.
- IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization Studies and Epistemic Coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. In *Organization*, vol. 13, n. 4, pp. 463-488, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo Técnico – censo da educação superior 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf. Acesso em: 13/01/2011.

KEINERT, Tania. M. M.. O que é Administração Pública no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXIV. Florianópolis, 2000. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2000. pp. 148-159.

KIRKMAN, Brad L.; LAW, Kenny S. K.. ‘International management research in AMJ: Our past, present, and future’. In *Academy of Management Journal* vol.48 pp.377–386, 2005.

LATOUR, Bruno, WOOLGAR, Steve. *A Vida de Laboratório: a construção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAWRENCE, Barbara S. Historical Perspective: using the past to study the present. *Academy of Management Review*, 1984, vol. 9, n.2, pp.307-312.

MACHADO, Marina B. *O Ensino de Administração Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1966.

MARANHÃO, Carolina M. *Indústria cultural e semiformação: análise crítica da formação dos administradores*. 2010. 249f.. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOTTA, Fernando C. P. A questão da formação do administrador. In *RAE – Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, n. 23, vol. 4, pp. 53-55, out./dez.1983.

NEWTON, Tim. Knowledge and Practice: organization studies within a historical and figurational context. In: *Organization Studies*, vol. 31, ns. 9-10, pp. 1369-1395, 2010.

NICOLINI, Alexandre M. A trajetória do Ensino de administração analisada por um binóculo institucional: lições para um novo caminho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XXVIII. Curitiba, 2004. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.

NICOLINI, Alexandre M. Qual será o futuro das fábricas de administradores? In *RAE - Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, Vol. 43, n. 2, pp. 44-54, 2003.

PAES DE PAULA, Ana Paula; MARANHÃO, Carolina S.; BARRETO, Raquel; KLECHEN, Cleiton F.; A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *RAE – Revista de Administração de Empresas* (Impresso). Rio de Janeiro, v.50, pp. 10-23, 2010.

PAULA, João Antonio de. *Passado e Presente de uma Instituição: memória da Faculdade de Ciências Econômicas/UFGM*. Belo Horizonte: UFGM/FACE/CEDEPLAR, 1991.

PELEIAS, Ivan Ricardo; SEGRETI, João Bosco; SILVA, Glauco Peres; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino de contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças*. Edição 30 anos de doutorado, junho, 2007.

RIBEIRO, Denise.; SACRAMENTO, Ana R.S. Ensino e Currículo em Administração: a opção brasileira. In *Revista Gestão e Planejamento*. Salvo, vol. 10, n.2, pp. 193-205, jul./dez., 2009.

- RIBEIRO, Ricardo A. A teoria da Modernização, a Aliança Para o Progresso e as Relações Brasil – Estados Unidos. In *Perspectivas*. São Paulo, vol. 30, pp. 151-175, 2006.
- RODRIGUES, Suzana B.; CARRIERI, Alexandre de P. A Tradição Anglo-Saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. In *RAC – Revista de Administração Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.5, edição especial, pp.81-102, 2001.
- SCHERWOOD, Frank P, Some notes and memories on EBAP in its earlier days. *Revista de Administração Pública*, vol.36, n.5, set./out., 2002, pp. 813-827.
- SCOTT, W. Richard. Reflections on a half-century of organizational sociology. In *Annual Review of Sociology*, vol.30, n.1, pp. 1-21, 2004.
- SHENHAV, Yehouda; WEITZ, Ely. The Roots of Uncertainty in Organization Theory: a historical constructivist analysis. In *Organization*, vol. 7, n. 3, pp. 373-401, 2000.
- SILVA, Benedicto. Gênese do Ensino de Administração Pública no Brasil. In *Cadernos de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol 49, 42p., 1958.
- SILVA, Vicente G. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961 – 1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- SPIANDORELO, Simone C. *Fragments da Constituição da Profissão de Administrador (1931-1966)*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade São Francisco, 2008.
- SPINK, Peter. Possibilidades Técnicas e Imperativos Políticos em 70 anos de reforma administrativa. In BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. (Orgs.) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Pp. 141-172.
- STORCK, Vera. Notas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. In *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, vol. 23, n.3, pp. 57-62, 1983.
- TRAMA, Benedito A. *Organização*. Sem.ed.: São Paulo, 1943.
- ÜSDIKEM, Behlül; WASTI, S. Arzu. Preaching, Teaching and Researching at the Periphery: academic management literature in Turkey, 1970-1999. In *Organization Studies*, vol.30, n.10, pp.1063-1082, 2009.
- VERGARA, Sylvia C. A Hegemonia Americana em Estudos Organizacionais. In *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol.35, n.2, pp.63-77, mar./abr., 2001.
- VERGARA, Sylvia C.; CARVALHO Jr., Dourival de S. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, XIX. *Anais...* João Pessoa, 1995. v. 6.
- VERGARA, Sylvia C.; PINTO, Mario C. S. Referências Teóricas em Análise Organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira. In *RAC – Revista de Administração Contemporânea*. Edição Especial, 2001, pp. 103-121.